



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

PROCESSO N.º:	89524/2022
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
CNPJ:	03.579.836/0001-80
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	GUSTAVO DE MELO ANICEZIO
RELATOR:	GUILHERME ANTONIO MALUF
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	ALTO ARAGUAIA
NÚMERO OS:	5541/2023
EQUIPE TÉCNICA:	RAQUEL JORGE SANTIAGO



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ANÁLISE DA DEFESA	1
3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES	5
4. CONCLUSÃO	5
4.1. RESULTADO DA ANÁLISE	5
APÊNDICE - A - Lei Municipal nº 4427/2022	7



1. INTRODUÇÃO

Retorna os autos para a elaboração de Relatório Conclusivo de Contas Anuais de Governo Municipal de Alto Araguaia do exercício de 2022, conforme Ordem de Serviço nº 5541/2023.

Após citação por este Tribunal, através do Ofício nº 510/2023 de 12 de junho de 2023 (doc. digital nº 200046/2023), o Sr. Gustavo de Melo Anicezio – Prefeito Municipal de Alto Araguaia apresenta sua defesa (doc. digital nº 207066/2023) sobre o achado mencionado no Relatório Técnico Preliminar (doc. digital nº 194655/2023), o qual analisa a seguir:

2. ANÁLISE DA DEFESA

GUSTAVO DE MELO ANICEZIO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

1) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

1.1) *Houve abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Excesso de Arrecadação no valor total de R\$ 43.209,57, na fonte 600.* - Tópico - 2. **ANÁLISE DA DEFESA**

Evidência de Auditoria (Situação Encontrada):

Em 2022 houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Excesso de Arrecadação, no valor total de R\$ 23.402.912,75, distribuído nas seguintes fontes:

- 571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - R\$ 13.148.641,61;
- 600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - R\$ 345.957,70;
- 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados - R\$ 9.908.313,44.

Contudo, analisando as informações no sistema, verificou-se que o **valor empenhado com recursos arrecadados** no exercício de 2022, nas fontes 571 (R\$ 1.483.132,35) e 701 (R\$ 4.319.246,71) foram menores que o excesso de arrecadação apresentado nas referidas fontes (R\$ 3.117.500,22) e (R\$ 4.319.246,71), respectivamente. Sendo assim, não serão objeto de apontamento.

Em relação à fonte 600 constatou-se que o valor empenhado foi de R\$ 5.397.814,67, no entanto, possuía somente R\$ 928.166,30 de excesso de arrecadação, conforme evidenciado a seguir:

APLIC (Módulo Auditoria) - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAUÁ - CNPJ: 05780300/00 - [Créditos Adicionais financiados por excesso de arrecadação]

[Página de Planejamento](#)
[Prestação de Contas](#)
[Informes Mensais](#)
[Informes Especiais](#)
[Auditoria](#)
[Impressões](#)
[Consultamento de Dados](#)
[Ajuda...](#)

Créditos Adicionais financiados por excesso de arrecadação

Chique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Créditos Adicionais

Consultas parametrizadas

Balancos consolidados do total

Características: dados acumulados até a última carga enviada

Fun...	Descrição de fonte de recurso (B)	Previsão Inicial	Receita Arrec.	Excesso/Defic.	Crédito Adic.	Créd. Adic. abertos sem disponibilidade (G)	Empenhado com recursos arrecadados no Exercício (H)
500	Recursos não Vinculados de Impostos	81.302.692,16	76.615.968,18	-4.686.723,98	0,00	0,00	88.888.281,41
540	Transferências do FUNDEF Impostos e Transferências de Impostos	11.009.000,00	11.009.002,03	0,00	0,00	0,00	12.126.429,00
550	Transferências do Salário Educação	404.000,00	404.000,20	-20,20	0,00	0,00	402.547,88
551	Transferências de Recursos do FUNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	5.612,50	680,03	-4.932,47	0,00	0,00	0,00
552	Transferências de Recursos do FUNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	205.915,00	154.284,57	-111.630,43	0,00	0,00	164.067,00
553	Transferências de Recursos do FUNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	55.500,00	52.794,33	-32.705,67	0,00	0,00	57.119,21
560	Outras Transferências de Recursos do FUNDE	549.800,00	25.208,64	-524.591,36	0,00	0,00	113.467,04
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	1.002.000,00	4.119.590,22	3.117.590,22	16.206.141,83	13.148.641,61	1.055.407,00
580	Outras Recursos Vinculados à Educação	0,00	310.382,24	0,00	0,00	0,00	297.405,51
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	4.426.438,80	5.354.605,12	928.166,30	1.274.124,00	345.907,70	5.397.814,67
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	0,00	213.960,00	213.960,00	0,00	0,00	0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	882.907,83	1.011.308,82	118.399,99	0,00	0,00	1.005.352,68
650	Outras Recursos Vinculados à Saúde	0,00	1.641.621,03	1.641.621,03	1.500.000,00	0,00	1.137.419,37
660	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	404.200,00	302.234,50	-101.965,50	0,00	0,00	360.402,74
661	Transferências de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	612.000,00	46.288,99	-565.711,01	0,00	0,00	23.606,47
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	4.292.418,44	1.012.426,59	-3.279.991,85	0,00	0,00	960.588,40
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	6.917.902,51	6.917.902,51	18.826.302,95	9.950.321,44	0,00
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	0,00	277.254,42	277.254,42	0,00	0,00	0,00
704	Transferências da União referentes a compensações financeiras pela exploração de Recursos Naturais	0,00	1.585.843,08	1.585.843,08	1.585.843,08	0,00	328.540,95
711	Outras Transferências Despesas não Decorrentes de Respostas de Recursos	1.517.000,00	1.470.918,09	-46.081,91	0,00	0,00	1.244.107,02
715	Recursos de Contribuição para o Custeio do Serviço de Atendimento à Saúde - COPS	0,00	337.629,56	337.629,56	0,00	0,00	4.230,36
724	Recursos de Operações de Crédito	0,00	14.000.000,00	14.000.000,00	12.514.801,49	0,00	9.916.824,67
735	Recursos de Aterragem de Bens Imóveis - Administração Direta	100.000,00	54.200,25	-45.799,75	0,00	0,00	45.652,72
739	Recursos Vinculados a Fundos	2.148.600,00	2.539.386,52	390.786,52	0,00	0,00	3.869.594,36
744	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	11.318.807,83	9.445.688,08	-1.873.119,75	0,00	0,00	9.626.436,00
SOMA		121.226.453,80	141.135.652,13	19.909.198,27	49.907.216,36	23.462.912,70	133.468.497,06

Portanto, subtraindo o excesso de arrecadação da fonte 600 no valor de R\$ 928.166,30, do valor empenhado de R\$ 5.397.814,67, conclui-se que foi empenhado o valor total de R\$ 4.469.648,37 por conta de recursos inexistentes de Excesso de Arrecadação.

Manifestação da defesa:

Antes de adentrarmos às justificativas, gostaríamos de parabenizar a competente equipe técnica, que ao analisar a abertura de créditos por excesso, não apontaram a abertura das fontes “571” e “701”, pois, fizeram uma análise mais aprofundada e verificaram que esses créditos não foram utilizados. Essa análise são poucos auditores que realizam, e consideramos ser essencial no processo.

Assim, solicitamos que o apontamento do excesso na fonte “600”, seja considerado sanado, utilizando analogia aos casos já mencionados no relatório preliminar, referente às fontes 571 e 701, citado na página 14, pois, como demonstraremos a seguir, não houve utilização de crédito de forma irregular, ou seja, sem o respaldo financeiro.

DOTAÇÃO INICIAL – PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EFETIVADA	EMPENHO COM FONTE DO EXERCÍCIO	DIFERENÇA = a+b-c
(a)	(b)	(c)	
R\$ 4.426.438,80	R\$ 928.166,30	R\$ 5.397.814,67	- R\$ 43.209,57

Dos valores mencionados acima o valor referente a dotação inicial, pode ser verificado no relatório preliminar, quadro 1.3, página 67, bem como, o valor do excesso de arrecadação, o valor empenhado foi citado pela equipe na página 15 do mesmo relatório. Como pode ser observado, foi ultrapassado o montante de apenas R\$ 43.209,57, porém, possuíamos saldo de superávit a ser utilizado significativamente maior a esse valor, como podemos verificar através do recorte abaixo:



Quadro 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) *SE(C<0;0;SE(C>0;0;[D-C]))
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit				
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.703.914,42	R\$ 4.194.516,74	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.207.468,08	R\$ 1.207.468,08	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 47.537,48	R\$ 47.537,48	R\$ 0,00
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	R\$ 291,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 8.138,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 16.673,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 119.818,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 166.460,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 13.588,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 251.811,99	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.935.311,93	R\$ 1.429.998,86	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 306.405,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Podemos constatar que havia o montante de R\$ 505.313,05, livre para ser utilizado.

Como demonstrado, o valor que ultrapassou de R\$ 43.209,57 é menos que 10% do saldo livre de superávit. Logo, podemos concluir que esse montante foi totalmente coberto com os recursos de superávit não utilizados.

Como é de notório conhecimento, a previsão de excesso de arrecadação para a abertura de créditos adicionais, nem sempre são precisos, pois, sempre pode haver intervenções de terceiros que podem alterar o planejado, podendo aumentar ou diminuir o que foi projetado. Por isso, há os mecanismos já pacificados por essa Corte de Contas que devem serem adotados quando essas previsões não se realizam, como é o caso da Resolução de Consulta 26/2015. que transcrevemos na sequência:

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 26/2015 - TP

[...]

6) A administração deve realizar um acompanhamento mensal efetivo com o objetivo de avaliar se os excessos de arrecadação estimados por fonte de recursos e utilizados para abertura de créditos adicionais estão se concretizando ao longo do exercício, e, caso não esteiam, deve adotar medidas de ajuste e de limitação de despesas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal de forma a evitar o desequilíbrio financeiro e orçamentário das contas públicas, (grifei)

Como já demonstramos, essa administração tomou as medidas descritas e grifadas na Resolução de Consulta Nº 26/2015, para não haver nenhum dano ao erário, bem como, assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro em todas as fontes

Assim, dos fatos citados e documentos apresentados, esperamos ter esclarecido de forma satisfatória ao apontado no relatório de auditoria, contando com a aceitação de nossas justificativas e dando o mesmo por sanado.

Análise da defesa:

Em consulta ao sistema Aplic, exercício de 2022, verificou-se que o valor apresentado como receita arrecadada na fonte 600 foi de R\$ 5.354.605,10 e o valor empenhado com recursos arrecadados no exercício foi de



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

R\$ 5.397.814,67, conforme evidenciado a seguir:

APLIC (Módulo Auditor) - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAUÁ - CNPJ: 0357963000180 - [Créditos Adicionais financiados por excesso de arrecadação]									
Sistema [Página de Planejamento] [Prestação de Contas] [Informes Mensais] [Informes Especiais] [Auditoria] [Impressões] [Cronograma de Dados] [Ajuda...]									
Créditos Adicionais financiados por excesso de arrecadação									
Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções									
Cadros Adicionais									
Consulta parametrizada									
Dados consolidados do Ente									
Considere os dados acumulados até a última carga enviada									
Fonte(s)	Descrição da fonte de recurso (B)	Previsão Inic...	Receita Arre...	Excesso/Dific...	Credito Adic...	Cred. Adic. alertas sem disponivel...	Empenhado com recursos arrecadados no Exercício (B)		
100	Recursos não Vinculados de Impostos	81.302.692,16	76.615.968,16	-4.686.723,98	0,00	0,00	80.888.281,41		
140	Transferências do FUNDEC e Transferências de Impostos	11.005.000,00	11.895.802,83	890.802,83	0,00	0,00	12.126.429,00		
150	Transferências de Salário Educação	494.000,00	454.895,20	-39.104,80	0,00	0,00	455.847,98		
151	Transferências de Recursos do FUNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	5.612,50	680,83	-4.931,67	0,00	0,00	57.195,21		
152	Transferências de Recursos do FUNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	285.915,00	154.234,57	-131.679,43	0,00	0,00	164.687,00		
153	Transferências de Recursos do FUNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	85.590,00	52.791,32	-32.798,67	0,00	0,00	113.487,94		
159	Outras Transferências de Recursos do FUNDE	548.000,00	25.208,84	-524.591,36	0,00	0,00	1.483.132,00		
171	Transferências de Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	1.022.000,00	4.119.500,22	3.117.500,22	16.296.141,83	13.148.614,61	287.895,37		
199	Outras Recursos Vinculados à Educação	0,00	316.392,24	316.392,24	0,00	0,00	246.551,19		
200	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	4.426.438,80	5.354.052,76	928.168,30	1.274.124,00	345.957,79	5.397.814,67		
191	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Construção da Rede de Serviços Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
192	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	0,00	213.968,86	213.968,86	0,00	0,00	1.009.252,68		
193	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	892.067,83	1.011.358,82	119.290,99	0,00	0,00	1.127.419,37		
194	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos	0,00	1.641.621,03	1.641.621,03	1.500.000,00	0,00	360.482,74		
195	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	484.200,00	302.234,50	-181.965,50	0,00	0,00	23.698,47		
196	Transferências de Recursos das Fundações Estaduais de Assistência Social	112.000,00	48.298,59	-63.701,41	0,00	0,00	49.313,18		
197	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	992.588,40		
198	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	4.292.419,44	1.912.426,59	-2.379.992,85	0,00	0,00	4.319.245,71		
199	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	6.917.992,51	16.826.395,95	9.903.313,44	0,00	0,00		
200	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	0,00	277.254,42	277.254,42	0,00	0,00	0,00		

Sendo assim, conforme a defesa relatou o valor ultrapassou em R\$ 43.209,57.

No entanto, a informação informada pelo jurisdicionado, no sistema aplic, está incorreta, pois consta que a Lei Municipal nº 4427/2022 abriu por meio do Decreto nº 90/2022 o valor de R\$ 100.000,00 de créditos adicionais por excesso de arrecadação, conforme evidenciado a seguir:

APLIC (Módulo Auditor) - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAUÁ - CNPJ: 0357963000180 - [Alterações orçamentárias/Leis autorizadas/Fonte de Financiamento]									
Sistema [Página de Planejamento] [Prestação de Contas] [Informes Mensais] [Informes Especiais] [Auditoria] [Impressões] [Cronograma de Dados] [Ajuda...]									
Consulta Alterações orçamentárias/Leis autorizadas/Fonte de Financiamento									
Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções									
Alterações Orçamentárias									
Consulta parametrizada									
Dados consolidados do Ente									
Considere os dados acumulados até a última carga enviada									
Lei	Decreto	Suplementar	Créditos Adicionais	Excepcional	Extraordinário	Transposição	Anulação	Reserva de contingência	Reserva de contingência
04396/2022	00050/2022	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
04396/2022	00019/2022	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
04402/2022	00060/2022	0,00	18.700,00	0,00	0,00	18.700,00	0,00	0,00	0,00
04402/2022	00061/2022	5.886.784,31	0,00	0,00	0,00	5.886.784,31	0,00	0,00	0,00
04402/2022	00062/2022	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00
04402/2022	00063/2022	0,00	1.580.040,00	0,00	0,00	1.580.040,00	0,00	0,00	0,00
04407/2022	00065/2022	470.696,06	0,00	0,00	0,00	470.696,06	0,00	0,00	0,00
04413/2022	00066/2022	0,00	739.000,00	0,00	0,00	739.000,00	0,00	0,00	0,00
04413/2022	00068/2022	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00
04414/2022	00069/2022	0,00	4.397.284,28	0,00	0,00	4.397.284,28	0,00	0,00	0,00
04415/2022	00070/2022	0,00	2.474.124,00	0,00	0,00	2.474.124,00	0,00	0,00	0,00
04416/2022	00074/2022	661.445,93	0,00	0,00	0,00	661.445,93	0,00	0,00	0,00
04421/2022	00075/2022	1.899.000,00	0,00	0,00	0,00	1.899.000,00	0,00	0,00	0,00
04425/2022	00077/2022	1.550.000,00	0,00	0,00	0,00	1.550.000,00	0,00	0,00	0,00
04425/2022	00079/2022	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
04426/2022	00080/2022	950.000,00	0,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00
04427/2022	00081/2022	7.006.877,25	0,00	0,00	0,00	7.006.877,25	0,00	0,00	0,00
04427/2022	00086/2022	2.368.262,64	0,00	0,00	0,00	2.368.262,64	0,00	0,00	0,00
Resumo	00000/2022	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00

Ocorre que, ao analisar a referida lei, verificou-se que o Poder Executivo Municipal autorizou a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (apêndice A).

Sendo assim, o valor de R\$ 43.209,57 não se trata de créditos adicionais por excesso de arrecadação e sim, de superávit financeiro.

Portanto, a irregularidade foi sanada.

No entanto, é importante frisar que a irregularidade foi apontada devido ao não encaminhamento, no sistema aplic, de informações contábeis fidedignas ocorridas na prefeitura municipal de Alto Araguaia.

É importante destacar que o instrumento de prestação de contas das Unidades Jurisdicionadas municipais ao TCE/MT é o sistema APLIC e que divergências entre os registros deste sistema técnico e os dados constantes nos demonstrativos da Prefeitura comprometem a fidedignidade da prestação de contas no referido sistema.

Dessa forma, a gestão deve sempre certificar se os registros e demonstrações contábeis apresentadas na prestação de contas são condizentes com as informações inseridas no Sistema APLIC e se representam com exatidão os fatos registrados e, caso constatadas inconsistências, sejam realizadas as retificações necessárias.

Sendo assim, sugere-se ao Conselheiro Relator recomendar ao Chefe do Poder Executivo que determine ao setor competente a implementação de mecanismos para garantir que as informações geradas para



seus usuários, internos ou externos, estejam coerentes com a realidade das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade e encaminhe essas mesmas informações de forma fidedigna no sistema Aplic deste Tribunal.

Situação da análise: SANADO

3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES

Por fim, sugere-se ao Conselheiro Relator que apresente as seguintes recomendações ao Chefe do Poder Executivo Municipal:

1) verifique bimestralmente, nos exercícios seguintes, o percentual da relação entre despesas correntes e receitas correntes, e atestar a implementação dos mecanismos de ajustes fiscais, quando esse percentual ultrapassar 95%, de acordo com o art 167-A CF/88 (item 6.6 do relatório técnico preliminar);

2) realize as audiências públicas do 1º, 2º e 3º quadrimestres para avaliação do cumprimento das metas fiscais, até o prazo legal limite, em obediência ao § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como disponibilize no Portal Transparência da prefeitura, a fim de atender ao princípio da publicidade e ao regime democrático de direito (item 7.2 do relatório técnico preliminar);

3) determine ao setor competente a implementação de mecanismos para garantir que as informações geradas para seus usuários, internos ou externos, estejam coerentes com a realidade das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade e encaminhe essas mesmas informações de forma fidedigna no sistema Aplic deste Tribunal (item 2 deste relatório técnico).

4. CONCLUSÃO

Após análise da defesa, conclui-se pelo saneamento do item 1.1 do relatório técnico preliminar.

4.1. RESULTADO DA ANÁLISE

Segue resultado da análise da defesa das Contas Anuais de Governo, exercício 2022, do município de Alto Araguaia.

GUSTAVO DE MELO ANICEZIO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

1) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

1.1) SANADO

Em Cuiabá-MT, 4 de Agosto de 2023.

RAQUEL JORGE SANTIAGO
AUDITOR PUBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - Lei Municipal nº 4427/2022

APÊNDICE - A

Lei Municipal nº 4427/2022



LEI Nº 4427, DE 03 DE AGOSTO DE 2022

Diário Oficial de Contas do TCE/MT nº 2582, 04/08/2022.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada na Lei Orçamentária de nº 4.309, de 19 de julho de 2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA, tendo em vista o que dispõe o Art. 36 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada na Lei Orçamentária de nº 4.309, de 19 de julho de 2021.

Art. 2º Autoriza também a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite autorizado nesse crédito.

Art. 3º Para dar cobertura ao limite autorizado no artigo anterior, serão utilizados recursos em conformidade com o art. 43 da Lei 4.320/64.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia - MT, 03 de agosto de 2022.

GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO
Prefeito Municipal